

RELATÓRIOS
E NOTAS
DE PESQUISA

2009
2011



Douro. Pilheiros em parede de socalco. Fotografia de Alvão, ca. 1940.

A estação arqueológica da Quinta da Ervamoira – Muxagata, Vila Nova de Foz Côa

Em finais de 1984, quando estava a ser estudada a implantação da vinha num terreno desta quinta, foi descoberto um sarcófago de pedra com aspecto muito antigo. Para o seu estudo os proprietários contactaram os arqueólogos Gonçalves Guimarães e Maria da Graça Peixoto, do Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, que o dataram da Idade Média Plena (séc. XI-XIII), tendo concluído que este achado não podia estar ali isolado, mas sim integrado numa estrutura que o justificasse. No ano seguinte iniciaram escavações naquela colina sobranceira ao rio Côa, vindo a descobrir uma estação arqueológica medieval com edifícios de habitação e oficina de ferreiro datável do século XIII, mas igualmente alguma cerâmica tardoromana e altimediévica que indiciava a existência de ocupação mais antiga.

Desde então as escavações têm prosseguido todos os anos nos meses de Julho e Agosto, tendo as diversas equipas que por ali passam, dirigidas por aque-



Aspecto de uma campanha arqueológica na Quinta da Ervamoira (Santa Maria).

les arqueólogos, posto a descoberto o edifício romano de uma *mutatio* anterior ao século IV, um outro edifício romano deste mesmo século, uma possível basílica paleocristã do século V ou VI e diversos edifícios medievais, estando o estudo total desta estação longe de estar concluído, não só porque todas as estruturas ainda não estão escavadas, como o numeroso espólio exumado requer demorados e pacientes estudos laboratoriais.

No entanto, algumas conclusões deste estudo podem já ser tiradas. Tudo leva a crer que se trata efectivamente de uma estação de muda, situada em lugar estratégico para controle, na passagem a vau do rio Côa, da estrada que de Loncobriga (hoje Longroiva) seguia para Caliábria, na margem do rio Douro. Assim se justificaria igualmente a existência de uma grande diversidade da cerâmica aqui existente, muita dela de longínquas proveniências. O facto de a quinta ser um dos poucos terrenos planos de grande dimensão existente neste vale, e mesmo no Douro Superior, permitia o acampamento de soldados romanos em trânsito e destinados ao controlo das minas de prata e chumbo existentes nas margens do Côa. Recordemos que esta passagem a vau durante o Inverno e a Primavera estaria frequentemente impraticável devido às cheias súbitas. Aqui poderia igualmente localizar-se um porto fluvial que levasse os barcos e o respectivo carregamento até ao Douro.

Provavelmente esta primeira *mutatio* foi abandonada ou destruída, tendo sido construída uma outra mais pequena no século IV, que sofreu sorte idêntica. No



Aspecto de uma campanha arqueológica na Quinta da Ervamoira (Santa Maria).

século V ou VI, terá sido aqui construída uma basílica paleocristã cujas telhas eram muito decoradas e entre as quais apareceu um *chrismon*, marca inconfundível do cristianismo em difusão pelo que restava do império romano. No espaço interior deste edifício apareceu uma mandíbula humana, o que poderá significar o culto de relíquias, pois não se trata de uma área sepulcral devido ao facto de estar construído em cima do xisto. Esta basílica rural poderá ter sido destruída pelas invasões árabes do início do século VIII. É provável que, perdida a importância viária do período romano, a *mutatio* se tenha transformado num *vicus* ocupado pela família de algum legionário veterano: assim se justificaria o aparecimento de cossoiros e pesos de tear, objectos domésticos indicadores de alguma sedentarização. Mas a destruição de parte dos edifícios anteriores para construir outros por cima leva a crer que a ocupação deste local não foi contínua e teve sempre a ver com a importância estratégica atribuída a esta passagem ou às possibilidades de agricultura no nateiro de aluvião na margem do rio, onde ainda hoje existem oliveiras multacentenárias.

No século XIII volta a haver uma efectiva ocupação deste lugar, talvez conjugada com o facto do rio Côa ser então a fronteira entre os reinos de Portugal e de Leão.

Poderá ser desta época o sarcófago de granito encontrado em 1984 que deveria estar junto de um eremitério ou capela sob a invocação de Santa Maria, do qual ainda hoje restam vestígios perto de uma nascente que nunca seca, junto do caminho que conduzia às construções já referidas.

Com o tratado de Alcañices de 1297, que coloca a fronteira na ribeira de Aguiar, este lugar volta a perder importância e entra no esquecimento que a vegetação espontânea foi cobrindo, até que a arqueologia o trouxe de novo ao nosso conhecimento. Sabemos agora de fonte segura que a Quinta da Ervamoira foi habitada desde há quase dois mil anos.

Gonçalves Guimarães

(Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia
Instituto de Arqueologia da Universidade Portucalense Infante D. Henrique)

Alguns apontamentos sobre a estação arqueológica de Vilarinho de Cotas – Alijó

Do Pinhão para a sede do concelho, a estrada sobe, serpenteia, faceia abismos peçados de geios largos e estreitos onde se distribuem infindáveis fiadas de vinha, corta a Quinta do Noval que, de socalco em socalco, sustentados por esmeradas paredes de xisto solto, desce até às profundezas do Rio Pinhão, que aí corre fortemente encaixado. A coroar a Quinta, uma das grandes produtoras da Região Demarcada do Douro, lá está o «castelo dos mouros» (Fig.1), importante estação arqueológica que foi erguida por indígenas da Idade do Ferro, que conheceu os invasores romanos e participou nas mudanças que uma Romanização, entre intensa e incipiente, imporia à região.

Documentalmente já conhecida desde o século XVIII¹, eivada de lendas relacionadas com tesouros e mouras encantadas, só ganhou verdadeira projecção, após a pequena sondagem aí realizada por Ricardo Severo e cuja memória ficou estampada na revista *Portugália*, em publicação no início deste século².

A intervenção arqueológica, apesar de diminuta, viria a revelar-se importantíssima, não só porque revelou uma estrutura arquitectónica de certa valia, como uma diversidade de espólio, a partir do qual se torna possível traçar uma diacronia ocupacional do sítio.

A estrutura, longe de estar completa, tinha paredes rectilíneas que foram construídas com «blocos de schisto argamassados, em aparelho regular horizontal»³. No seu interior destacava-se um pequeno compartimento «lageado a um nível superior ao solo firme» e num dos cantos, um *dolium* «completo e vasio», tampado com o «fundo de outro dolio». Anteriormente, quando da abertura de valas para vinha, haviam aparecido «peças de cantaria, uma base de columna» e uma significativa diversidade de espólio⁴.

Não dispondo nós de outros elementos, resulta extremamente difícil atribuir uma funcionalidade a este compartimento. Contudo, se tivermos em linha de conta os elementos descritos e respigarmos as informações de Ricardo Severo, parece-nos que se trata de uma construção que muito tem a ver com um certo

¹ AZEVEDO, Pedro A. de, *Extractos Archeológicos das «Memórias Parochiaes de 1758»*, «Archeólogo Português» (nas restantes notas: AP), III, Lisboa, p. 196.

² SEVERO, Ricardo, *O Castro de Vilarinho de Cotas*, «Portugália», 1ª Série, II, Porto, 1905-1908, p. 263-269.

³ SEVERO, Ricardo, *ob. cit.*, p. 264.

⁴ *Idem*, *ibidem*, p. 265.

tipo de estrutura de época romana, provavelmente do compartimento de uma *villa*, erguida no interior de um povoado castrejo, caso tomemos como certa a informação que, em tempos idos, fora descoberta «a dupla parede da muralha que tinha de largura entre as suas faces externas para cima de 2 metros, e era de muito solida construção»⁵.

Uma *villa* é uma construção complexa, pois ao *fundus* juntam-se as construções da *pars urbana*, da *pars rustica* e da *pars frumentaria* ou *fructuaria*, quando de um verdadeiro latifúndio se trata. Aqui não sabemos que dizer, pois os vestígios são escassos e insuficientes, resumindo-se a pedras de cantaria, uma base de coluna, um determinado tipo de espólio e um inacabado compartimento. Tudo isto, que não é muito, tanto pode ser de uma *villa* como de um *casal*, cuja classificação pode ir da modesta à bem dimensionada exploração fundiária.

A indefinição quanto à real dimensão do compartimento – 7m de comprimento por uma largura indefinida – não exclui a hipótese de lhe atribuirmos uma funcionalidade. Esta, a ajuizar pela presença de um *dolium* tampado com restos de um outro, bem pode estar relacionada com uma loja onde se armazenavam cereais e líquidos, que bem podia ser o vinho, caso o pequeno compartimento ladrilhado e o xisto que foi descrito como possuindo «um rebaixe em forma de rabo-de-peixe»⁶, sejam componentes de uma mesma estrutura – um lagar.

O carácter agrícola e doméstico desta estrutura não se revê somente nos grandes recipientes cerâmicos destinados à armazenagem dos cereais, do vinho e mais hipoteticamente do azeite. Há que contar ainda com as mós manuais, os pesos de tear e os cossoiros. Que o uso da moagem estava vulgarizado, provam-no as «cinco pedras de mós manuais» encontradas nos revolvimentos do terreno mais os «dois pedaços de mós de granito» recolhidos quando da escavação de 1901⁷. Que a presença de pesos de tear e de cossoiros recordam o dia a dia de uma casa de habitação de então, através do fabrico domiciliário do vestuário, demonstram-no os exemplares aí encontrados. A matéria-prima, essa não faltava. A lã podia-se obter nos muitos rebanhos de ovinos que demandavam o planalto de Alijó, em período de transumância. O linho, esse podia-se cultivar nos lameiros, na altura bem mais abundantes que na actualidade.

Usuais em casas de lavoura de então, *villa* ou não, são as cerâmicas, os metais e consoante os casos, as moedas.

Se respigarmos o texto, fica claro que o autor distingue entre cerâmica de construção, cerâmicas de produção indígena e de importação.

Ao primeiro grupo pertencem a *teguals*, os *imbrices* e os *tijolos*. Se os dois primeiros compõem os telhados das habitações, já os ditos «tijolos» podem-no ser

⁵ Idem, *ibidem*, p. 263-264.

⁶ Idem, *ibidem*, p. 265.

⁷ Idem, *ibidem*, p. 264-265.

na verdadeira acepção da palavra ou traduzirem uma outra situação, que é o uso de tijoleira no pavimento das construções com um certo grau de qualidade do período romano.

No segundo grupo entra todo um conjunto de formas e fabricos destinados às mais variadas aplicações. Produzidas localmente ou com uma distribuição de âmbito mais regional, estes recipientes, usados na cozinha ou no armazenamento, são fabricados em pastas geralmente grosseiras, onde a mica e certos desengor-durantes em excesso são prova de uma tecnologia pouco elaborada e uma qualidade estética de gosto pouco evoluído. Tais ilações, por assim dizer, estão bem patententes nas cerâmicas dos castros, em certos produtos da olaria de época romana, mas arredias de alguns fabricos exteriores à região, como é o caso das cinzentas finas e da «louça dita aretina»⁸, isto é, da *terra sigillata*, seja a sua origem itálica, hispânica ou norte-africana.

Mas a presença de produtos forâneos não se fica por aqui. Os alfinetes de toucado, as fíbulas, incompletas é certo mas que dá para se conhecerem os modelos do tipo Fowler B1a e tipo Sabroso, a placa de cinturão decorada com um leão, que bem pode ser o aplique de um vaso de bronze, são prova mais que suficiente que havia um certo poder económico e que o intercâmbio extravasava o mero quadro regional. Esta ideia sairá necessariamente reforçada se atentarmos nas moedas – foram 93 as que aqui se encontraram – com cronologias tão díspares como as 5 que se situam entre Augusto e Antonino Pio⁹ e as restantes 88 a pertencerem à 2ª metade do século IV¹⁰.

Longa, ao que parece, foi a vida deste *habitat*.

Se atentarmos na geografia do sítio e a conjugarmos com os vestígios arqueológicos, parece ficar claro que aqui houve dois distintos momentos de ocupação.

O primeiro está relacionado com um castro, cuja dimensão – a atentar na geografia era de pequenas dimensões –, cronologia e vivência desconhecemos. Implantado na parte alta da colina, deve ter estado rodeado de duas muralhas – Ricardo Severo noticiou uma delas –, reforçadas com um fosso voltado à actual povoação e à capela de Nossa Senhora do Couto que lhe fica nas imediações. Era esta a zona de mais suave pendor, aquela que permitia mais facilmente a instalação de casas, situação de bem difícil concretização na vertente voltada ao Rio Pinhão e à Quinta de Noval, bem mais áspera e íngreme que a actual, alterada que foi pelos geios que levam a vinha bem até à crista.

Perímetro e área ocupacional do velho castro é coisa de difícil solução, face às mutações por que o sítio tem passado. Os geios e as fundas cavas para a vinha revolveram a quase totalidade da sua área, misturando e destruindo vestígios que

⁸ Idem, *ibidem*, p. 265-266.

⁹ CENTENO, Rui M. S., *Circulação Monetária no Noroeste de Hispânia até 192*, Porto, 1987, p. 120.

¹⁰ SEVERO, Ricardo, *ob. cit.*, p. 268.



Vilarinho de Cotas – aspecto do «Castelo de Vilarinho».

podiam ser clarificados através de uma adequada intervenção arqueológica. O pouco que saberemos dizer é que, para além do sistema defensivo e algumas cerâmicas materialmente pouco significativas, a vivência cronológica do povoado é-nos transmitida por meia dezena de numismas que começam com Augusto e se estendem até ao século II.

A atentar nas restantes moedas o segundo grande momento ocupacional pertence ao século IV. Desta altura é, ao que tudo indica, a estrutura fundiária, *villa* ou *casal*, que se instalou no espaço do mais que provável desactivado castro. Apesar de desconhecermos a sua real dimensão, tudo indica que os moradores tivessem atingido um certo desafogo económico proporcionado por algumas culturas de cariz mediterrânico, entre os quais a vinha teria, indubitavelmente, uma certa primazia.

Carlos A. Brochado de Almeida
(FLUP/GEHVID)

Sepulturas cavadas na rocha: conjunto da Quinta da Relva de Baixo (Longroiva – Meda)

A pequena povoação de Relva de Baixo, de tipo concentrado, pertence ao concelho da Meda, freguesia de Longroiva. Posicionada a Nascente desta freguesia alti-duriense, estende-se pela margem direita do Ribeiro dos Piscos, um pequeno afluente do Côa.

Localizado no pequeno planalto da Sapata, numa zona onde predominam os afloramentos graníticos, este núcleo de sepulturas acompanha uma terra com óptimas condições para o cultivo da vinha, amendoeira e oliveira, mas pontuada aqui e além pela flora beirã, onde se destacam as giestas e os carrascos.

As condições climatéricas, bem definidas pelo irregular regime de pluviosidade, atingem grandes amplitudes térmicas que, conjugadas com as condições geo-morfológicas, permitem produzir vinhos de excelente qualidade, bem como outros produtos de cariz mediterrânico.

A prospecção do terreno, por nós efectuada, destinava-se à detecção de lagares ou estruturas associadas ao cultivo da vinha na época romana. Vestígios deste período, temo-los no vizinho castelo de Longroiva, onde se destaca uma ara votiva que serve de suporte ao altar da capela dedicada a Santa Maria e os vestígios de construções, cujo aparelho denota técnica romana¹. Vestígios da mesma altura igualmente aparece na Vale da Aldeia, com destaque para as *tegulae* e a cerâmica comum da época romana. Nesta pontificam os *dolia*, afinal um claro indício da existência de recipientes destinados à armazenagem de líquidos que, no caso vertente, é bem provável que se tratasse já do vinho.

Se a pesquisa de campo na Relva de Baixo resultou infrutífera no que toca à detecção de indícios materiais relacionados com a romanização, tornou-se, apesar de tudo, reveladora de uma humanização da zona em tempos que remontam, pelo menos à Alta Idade Média. Não encontramos, é certo, sinais de povoado ou de construções daquela altura, mas o simples facto de aqui haver esta pequena necrópole é ideia que sustenta a permanência de um certo tipo de povoamento que tiraria da terra a sua sobrevivência.

A inexistência de quaisquer sinais evocativos de igreja ou capela nas imediações, ou sequer alguma tradição que eventualmente coloque um templo no local,

¹ Ver a ara e sua inscrição.

faz-nos pensar num pequeno povoado primitivo anterior à organização eclesial, tal como os exemplos que têm vindo a ser estudados na vizinha Espanha, concretamente na Catalunha² e em Portugal³. Com efeito, a presença de um conjunto de sepulturas implica, na maior parte dos casos, a existência de uma comunidade típica do mundo rural⁴. Se adoptássemos as opiniões de Bolòs e Pagès, tais vestígios poderiam estar conectados com um eremitério ou com núcleos de povoamento anteriores à organização paroquial⁵, mas se estivermos de acordo com a análise que Mário Barroca traça sobre esta temática, após rebater Bolòs e Pagès⁶, clarificam-se as seguintes ideias:

- uma mesma paróquia pode pressupor vários locais de enterramento, próximos ou afastados das igrejas, dependendo de condicionalismos e factores geográficos;
- as vias de comunicação podem ser determinantes para a localização de pequenos conjuntos sepulcrais.

A necrópole de Relva de Baixo está situada junto a um caminho de servidão às muitas propriedades e na nossa opinião a sua localização tem muito a ver com as ideias propostas por Mário Barroca. Há efectivamente um caminho, que através do planalto, fazia a ligação ao vale da Aldeia e, concomitantemente, ao primitivo aldeamento de Longroiva, disposto em redor das estruturas que irão gerar o castelo medieval; haveria um núcleo populacional que pode estar na origem da actual Relva de Baixo. Parece ser também notório que, mercê dos condicionalismos geo-climáticos, já na altura o povoamento se fazia por núcleos dispersos e concentrados, por vezes tão minúsculos que não justificavam a presença de uma igreja ou mesmo de uma simples capela. Por isso, se este núcleo de povoamento, com o seu cemitério, não for anterior a estruturação paroquial – actualmente este lugar pertence administrativa e eclesialmente à freguesia de Longroiva – teremos que o colocar em sintonia cronológica com as sete sepulturas cavadas em redor da capela de Santa Maria sita no castelo de Longroiva e que mais não fazem que vincar o modelo mais seguro e conhecido dos enterramentos à sombra tutelar de um templo. Em conclusão, os enterramentos pertencem a um núcleo familiar, que se instalou no aro do actual lugar. Muito provavelmente foram eles os responsáveis pelo arroteamento de uma parte destes terrenos e não nos admiraria que um dos seus suportes económicos, na viragem para o actual milénio, ontem tal como hoje, já fosse o vinho.

² BOLÒS, J., e PAGÈS, M., *Les sepultures excavades a la roca*, in “Necròpolis i sepultures Medievales de Catalunya”, Actas/Medievalies, ANNEX I, Barcelona, 1982, p. 59-103.

³ BARROCA, Mário Jorge, *Necrópoles e Sepulturas de Entre Douro e Minho (séc. X a XV)*, Policopiado FLUP, 1987, p. 128-129.

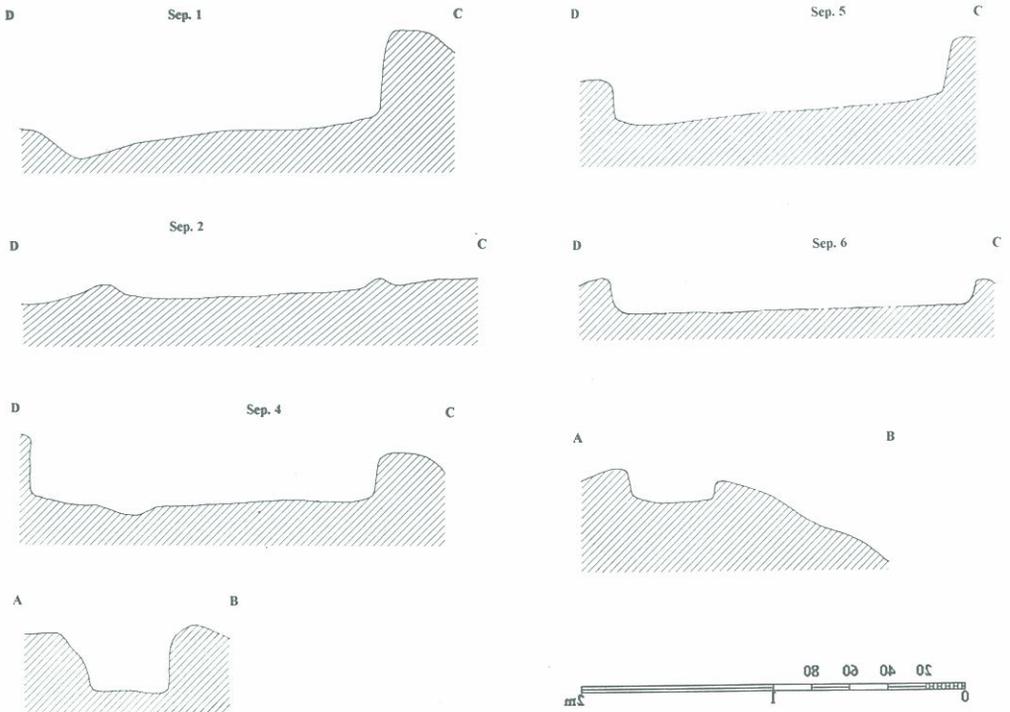
⁴ BARROCA, Mário Jorge, *ob. cit.*, p. 128-129, assinala esta opinião de M. Rui.

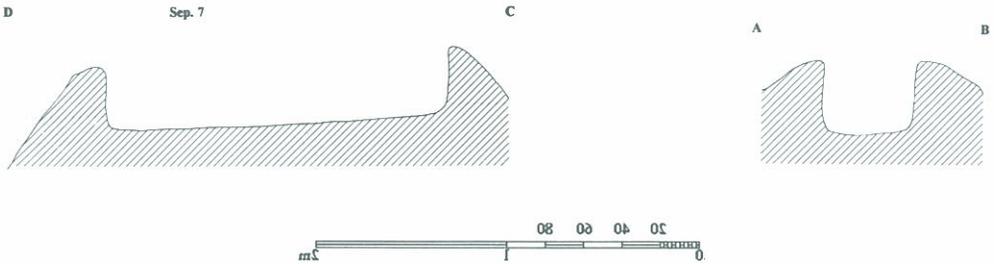
⁵ BOLÒS, J., e PAGÈS, M., *ob. cit.*, p. 59-103.

⁶ BARROCA, Mário Jorge, *ob. cit.*, p. 128-129.

O conjunto tumular do planalto da Sapata é formado por sete sepulturas cavadas num afloramento granítico do tipo grão grosso. O sítio onde elas se encontram, é uma zona de vinhedos distribuídos por pequenas propriedades divididas por muros de pedra solta. Estes terrenos são atravessados por um caminho que parte da povoação e corta o planalto no sentido Nascente-Poente. É em pleno leito deste caminho que se encontram as sepulturas nº 2 e 3 e, na berma, junto à entrada de um dos prédios, a nº1 que está parcialmente escondida por alguns carrascos (Fig. 1). As restantes, isto é, as nº 4, 5, 6 e 7 estão do lado oposto, no interior de uma propriedade (Fig. 1), a escassos metros das restantes, só que meio escondidas pelos arbustos que aí crescem e pelas amendoeiras que ponteam as bermas da vinha. Para além destas, é natural que haja outras sobre as pedras que formam os muros que ladeiam o caminho ou mesmo no afloramento que no interior da propriedade não se encontra totalmente limpo de terras, ervas e folhas caídas.

Das sete sepulturas conhecidas, nem todas estão bem conservadas. A nº 3, que se encontra em pleno leito do actual caminho – este já sofreu mais que uma variação no seu traçado – foi arrancada por uma máquina e arrumada para um canto, onde se encontra actualmente em posição contrária. A nº 2, simplesmente aflorada (Fig. 1), talvez nunca tenha sido totalmente escavada, podendo-se quase que dizer o mesmo da nº 6, que tem uma profundidade que varia entre os 14 e os





20 cm. Pouco, é certo, para um enterramento, mas temos de recordar o erosionamento da rocha, o seu adiantado estado de desagregação, mais evidente em certos pontos onde esta sepultura foi cavada. Eis as medidas de cada uma delas:

Sep.1	Sep. 2	Sep. 3	Sep - 4
C - 1,78m	C - 1,38m	C - ?	C - 1,82m
L - 0,60m	L - 0,40m	L - ?	L - 0,50m
PC - 0,42m	PC - 0,04m	PC - ?	PC - 0,22m
PP - 0,60m	PP - 0,06m	PP - ?	PP - 0,34m
Sep. 5	Sep - 6	Sep - 7	
C - 1,80m	C - 1,90m	C - 1,80m	
L - 0,50m	L - 0,50m	L - 0,48m	
PC - 0,28m	PC - 0,14m	PC - 0,34m	
PP - 0,23m	PP - 0,20m	PP - 0,32m	

Siglas utilizadas:

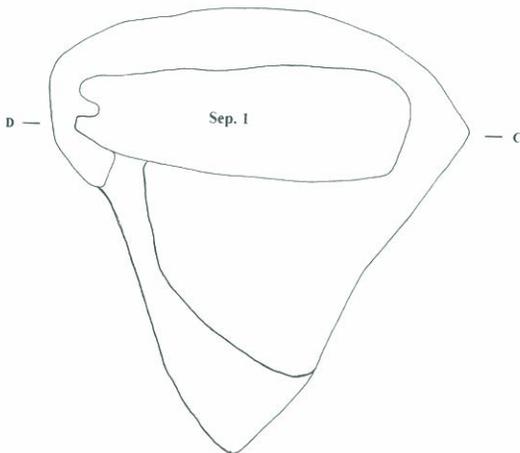
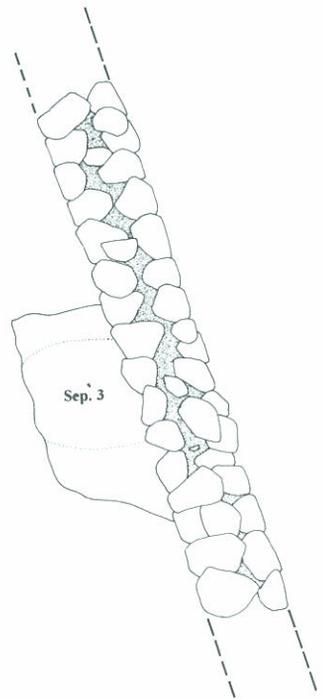
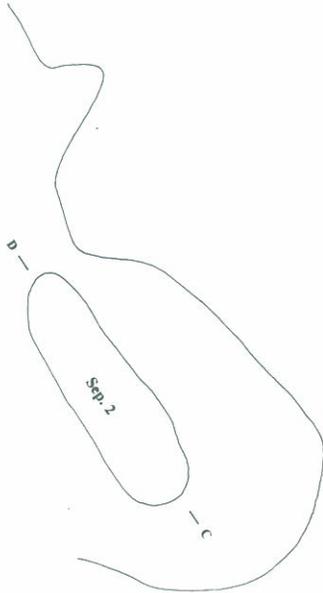
C = Comprimento ■ L = Largura ■ PC = Profundidade da cabeceira ■ PP = Profundidade dos pés

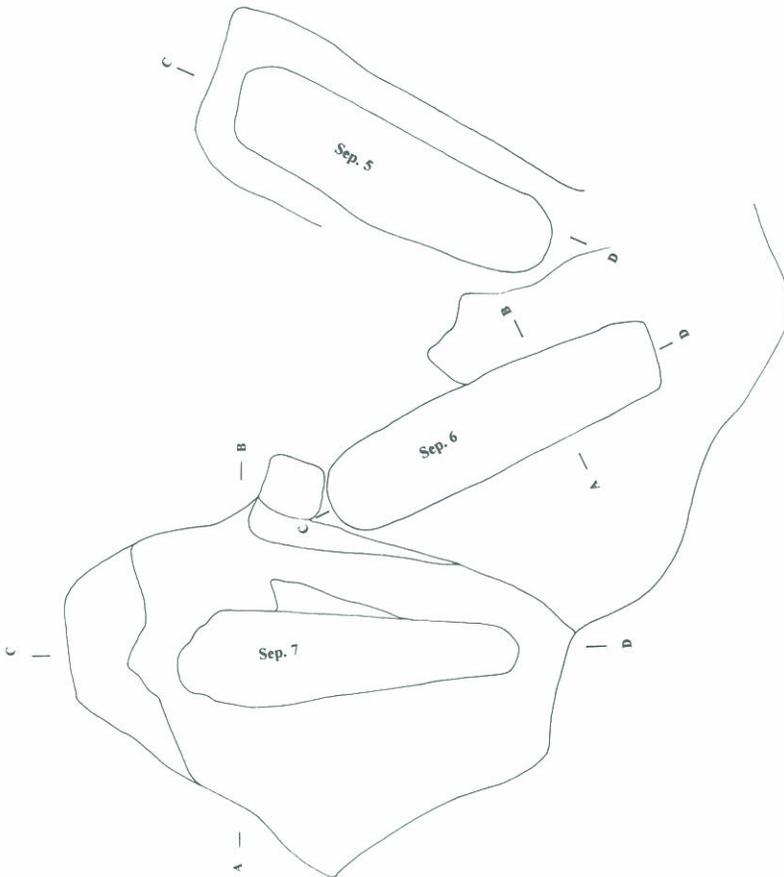
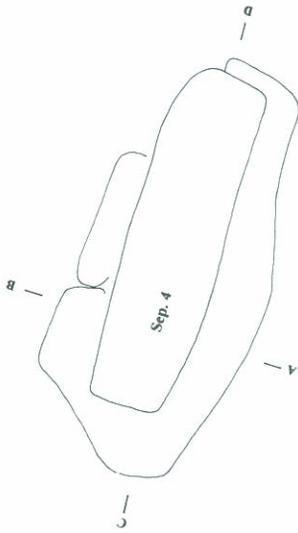
De todas elas, a única que possui sinais de antropomorfismo é a nº 7 que é um pouco incipiente, mas a tentativa de definir uma cabeceira e uns ombros de tipo arredondado confere-lhe uma tipologia que está a meio caminho entre o tipo C e o F de Bolòs e Pagès⁷. As restantes, com as extremidades a tenderem para o arredondado e com a parte da cabeceira mais larga que os pés, encaixam-se, e bem, no tipo C dos referidos investigadores.

Nesta relativa uniformidade estilística – desconhecemos qual a tipologia da nº 3, que está voltada –, a única nota dissonante está na nº 1. Ao contrário das demais, apresenta um peculiar tratamento dos pés, com um encaixe próprio para cada um, numa espécie de antropomorfismo em sentido contrário. Ao invés do usual, não era a cabeça, mas os pés que ficavam imobilizados.

João M. Viana Antunes/Pedro Baère
(GEHVID)

7 BOLÒS, J., e PAGÈS, M., *ob. cit.*, p. 80.





A Organização do Povoamento e dos territórios do Vale do Douro durante a Idade Média – continuidades e rupturas

O grupo de arqueólogos que integra a linha de investigação em história medieval do GEHVID activou, no decorrer do ano de 1995, um projecto centrado no estudo das *continuidades e rupturas da organização do povoamento e dos territórios no Vale do Douro*. Neste momento, enquadra 5 programas de intervenção (fig. 1) a decorrer em simultâneo: no Monte Calabre e Aldeia Nova (V. N. de Foz Côa), na vila medieval de Numão (V. N. de Foz Côa), na vila medieval de Ansiães (Carrazeda de Ansiães), na Abadia Velha de Salzedas (Tarouca) e um inquérito, de carácter mais extensivo, às vilas fortificados de fundação baixo-medieval. No decurso da investigação, e de acordo com os objectivos propostos, irão sendo definidos programas de intervenção em outros locais considerados significativos para as problemáticas enunciadas, sendo também tomadas em consideração as respectivas vertentes de valorização e divulgação patrimonial.

O núcleo geográfico deste projecto é constituído pela região do Alto Douro. No entanto, o desenvolvimento da investigação poderá conduzir à realização de acções numa área mais alargada estendendo-se a Trás-os-Montes, à Beira Transmontana e ao Baixo Douro. Cronologicamente, o projecto centra-se na Idade Média, entendida como o período que se desenvolve entre os séculos V e XV. O alargamento a épocas mais recuadas ou mais recentes, de acordo com as necessidades decorrentes do desenvolvimento da investigação, procurará articular as respectivas acções com outros projectos existentes na região em estudo e cujo âmbito cronológico corresponda àquelas mesmas épocas.

1. OBJECTIVOS DA INVESTIGAÇÃO

O estudo das continuidades e rupturas na organização do povoamento e dos territórios constitui o objectivo central da investigação. Considera-se existirem nesta região, durante a Idade Média, três ou quatro grandes momentos de ruptura e reorganização correspondendo à passagem da Antiguidade para a Alta Idade Média, à Reconquista cristã, às reorganizações da Baixa Idade Média enquanto construção do espaço da Monarquia Portuguesa e às transformações do

final da Idade Média e início da Idade Moderna. São basicamente essas alterações que nos propomos confirmar e analisar.

Investigar a evolução da organização do povoamento e dos territórios no vale do Douro implica o conhecimento da distribuição dos recursos dos centros de povoamento e as formas do seu aproveitamento. Neste âmbito, será dada uma atenção particular à vinha como factor modelador na construção da paisagem duriense. Sendo um elemento estruturante da paisagem actual, e pelo menos desde o século XVIII, a vinha e a sua importância na paisagem duriense é praticamente desconhecida para as épocas anteriores e em especial para as mais recuadas como a Antiguidade ou a Idade Média.

Temáticas particulares surgem então como relevantes para o entendimento daqueles aspectos mais gerais. Será necessário perceber a acção dos diversos poderes na organização do povoamento e dos territórios (Coroa, mosteiros, nobreza, municípios) bem como as formas de relacionamento entre os centros e os territórios (vilas/cabeças de concelho e as aldeias do termo). Por outro lado, interessa estudar a estruturação urbana e desenvolvimento dos centros de povoamento tendo também em atenção o fenómeno das desertificações de diversas cronologias e contexto. A relação entre as estruturas do *habitat* e a organização do espaço agrário constitui outro tema de análise, em particular, o conhecimento dos espaços e da cultura material directamente associados à produção vinícola.

A valorização do património duriense, entendido como um importante recurso para o desenvolvimento da região, constitui uma componente fundamental do projecto que lhe irá dar corpo através de diversos tipos de iniciativas. Assim, procurar-se-á a divulgação dos resultados da investigação sob a dupla forma de publicações científicas e de textos vocacionados para o grande público (roteiros, prospectos), ao mesmo tempo que serão promovidas e apoiadas acções de recuperação e valorização do património (acções de sensibilização junto da população, visitas guiadas, organização de itinerários, organização de exposições, acções de musealização de sítios e monumentos).

2. COLABORAÇÕES

É um ponto de honra do GEHVID trabalhar em estreita cooperação com os autarquias, instituições e empresas da região: só avançamos quando elas entendem que o nosso trabalho é de interesse local; pedimos então todo o apoio possível para desenvolver o projecto de investigação, e protificamo-nos a colaborar na promoção de acções que divulguem os resultados conseguidos e os rentabilizam na óptica das populações.

Algumas das acções planeadas prevêm uma colaboração estreita com o IPPAR, integrando-se em projectos de valorização do património da região duriense pro-

movidos directamente pelo Instituto. É o caso dos projectos de recuperação do património edificado previstos para o Castelo de Carrazeda de Ansiães e para os Mosteiros de S. João de Tarouca e Salzedas, no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Douro (PRODOURO).

Assinale-se também a existência, na área do vale do Douro, do *Projecto de Investigação em Arqueologia – O Povoamento Medieval na Margem Sul do Rio Douro*, desenvolvido, desde 1986, pelo Dr. Gonçalves Guimarães (Casa de Cultura de V. N. de Gaia e Universidade Portucalense). Amigo e colega de longa data, ele e a sua equipa têm concentrado os seus esforços no estudo da importante estação arqueológica de Ervamoira, embora tenham planos para alargar a investigação a outras estações. As equipas do GEHVID trabalharão sempre em articulação com os membros do projecto de Joaquim António Gonçalves Guimarães e contarão com a sua já longa experiência, o seu conselho e o seu profundo conhecimento do terreno.

3. CALÁBRIA (ALMENDRA, VILA NOVA DE FOZ CÔA). PRIMEIRA NOTÍCIA

O projecto de estudo do Monte Calabre – freguesia de Almendra, concelho de Vila Nova de Foz Côa – e da sua área envolvente, no âmbito do GEHVID, situa-se entre os períodos romano e alti-medieval, iniciando-se o programa de trabalho com o levantamento bibliográfico e a prospecção da zona considerada. Está já no prelo um trabalho de José Ignácio Rodriguez que procura fazer um ponto da situação bibliográfico e científico do que se sabe sobre o local.

Local ocupado desde o período proto-histórico até à Alta Idade Média, foi durante as épocas romana e visigótica que, segundo as fontes conhecidas, teve maior relevo como importante centro político-religioso. Durante o reinado de Vitérico (603-610) foi cunhada moeda em Calábria, tendo sido posteriormente elevada a sede de bispado, pelo que se encontram os seus bispos presentes nos Concílios durante o século VII. As causas da sua decadência não estão bem esclarecidas, sabendo-se porém, que estaria já abandonada em 1171 quando Fernando II de Leão doou as suas ruínas ao Bispo de Ciudad Rodrigo.

Após a prévia recolha bibliográfica, partiu-se para a prospecção de campo. Esta incidiu, inicialmente, sobre o Monte Calabre, ao qual se seguiram vários outros locais próximos (Aldeia Nova/Olival dos Telhões, Quinta da Olga, Fonte da Torre, Castelo de Algodres, Algodres, Rodo do Castelão, Ponte «Romana» de Escalhão, Calçada de Alpajares, Capela de Santo Cristo-Barca de Alva), seleccionados segundo critérios toponímicos, referências bibliográficas e a informação oral.

Durante a prospecção, procurou-se recolher exemplares significativos dos materiais de superfície existentes, fotografar os vestígios mais notáveis bem como

o património construído e cartografar os locais. O objectivo deste levantamento foi reunir elementos úteis ao estudo do povoamento da área próxima ao Monte Calabre, situada entre os rios Douro, Côa e Águeda e, tanto quanto possível, relacioná-los com a produção vinícola.

Na continuação estamos a aprofundar a recolha bibliográfica e documental a ser incluída numa base de dados, realizar o estudo dos materiais de superfície recolhidos e precisar a identificação dos vestígios detectados. A mais longo prazo, os trabalhos visarão um programa de sondagens com vista a intervenções arqueológicas. As sondagens serão realizadas no Monte Calabre e no Olival dos Telhões/Aldeia Nova (fig. 2).

Maria do Rosário Marques/Pedro Baêre/Susana Cosme
(Arqueólogos, GEHVID)

Fig.1: Localização das intervenções arqueológicas: 1. Monte Calabre (V. N. de Foz Côa), 2. Vila medieval de Numão (V.N. de Foz Côa), 3. Vila medieval de Ansiães (Carrazeda de Ansiães), 4. Abadia velha de Salzedas (Tarouca).

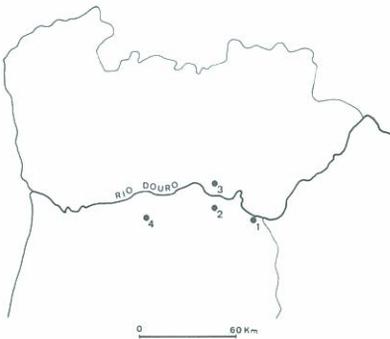
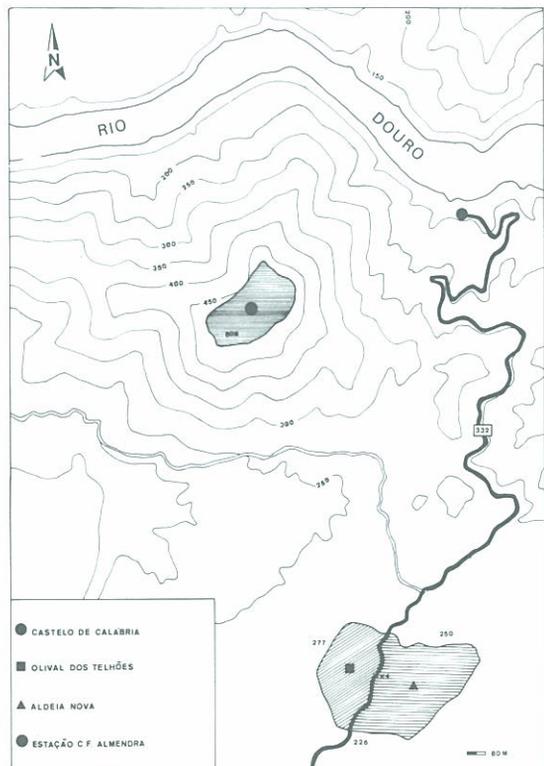


Fig. 2: Os sítios arqueológico do Monte Calabre e do Olival dos Telhões/Aldeia Nova. O monte é rematado por uma plataforma de grande dimensão, onde se observam derrubes de construções, completamente cercada por um muro em ruínas. No sopé, localiza-se uma extensa área de dispersão de materiais à superfície onde se reconhece abundante espólio de época romana.



4. VILA VELHA DE NUMÃO (VILA NOVA DE FOZ CÔA). UMA PRIMEIRA ABORDAGEM

O projecto elaborado para a Vila Velha de Numão (fig. 3) integra-se numa linha de investigação mais vasta que foi apresentada no início deste texto. A longa diacronia de ocupação desta Vila e do *Terro* que surge sob o seu domínio, ainda por determinar ao pormenor, afigura-se como um bom modelo para o estudo dessa mesma realidade histórica.



Fig. 3: Fotografia aérea da Vila Fortificada de Numão (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa), escala 1: 2 500. Reconhecem-se os muros da cerca delimitando um espaço densamente urbanizado e junto da porta Sul a igreja de Santa Maria.

São várias as questões com as quais nos confrontamos. Desde logo, a prospecção sistemática efectuada na área envolvente do Castelo leva-nos a interrogar se estaremos perante uma ocupação contínua do espaço, desde a pré-história até ao séc. XVI. São inúmeros os vestígios materiais que nos permitem uma resposta afirmativa, confirmada pelo aparecimento de cerâmica à superfície que identificámos como pertencendo à pré-história recente, aos períodos romano, medieval e moderno.

A pesquisa bibliográfica efectuada, complementada com o levantamento topográfico das muralhas, da Igreja de S. Pedro e necrópole adjacente e também da Igreja de Santa Maria de Intramuros, leva-nos a questionar a evolução socio-económica da Vila, desde a concessão da Carta de Foral em 1130 até ao momento em que ocorre a mudança de competências jurídico-administrativas para a Vila de Freixo de Numão, provavelmente a partir do início do séc. XVII. Como se teria processado esta transferência de poderes? Estará o florescimento de Freixo de Numão directamente relacionado com o declínio da Vila de Numão?

Uma última questão prende-se com a importância assumida pela cultura da vinha nesta região. Já a Carta de Foral de 1130 faz referência a duas culturas importantes na economia local, a cevada e a vinha. Por outro lado, com a criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, em 1756, intensifica-se o cultivo da vinha que, aliado à oliveira e à amendoeira, permitirá a Freixo de Numão conhecer um significativo desenvolvimento.

Estas são as principais linhas de força que irão orientar este estudo, conjugando a investigação documental com a realização de sondagens e escavações arqueológicas.

Heloísa Santos/Isabel Lopes/Paula Cristina Abranches
(Arqueólogas, GEHVID)

5. INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NA VILA MEDIEVAL DE ANSIÃES (CARRAZEDA DE ANSIÃES)

Povoado fortificado, a Vila medieval de Ansiães (fig. 4) nunca foi objecto de um projecto de investigação continuado, apesar da importância deste reduto amuralhado no contexto histórico da região transmontana. Por este motivo, e em função de uma ausência de dados científicos sistematicamente apurados neste local¹, iniciou-se em 1995 a primeira etapa de um estudo cujos objectivos se pretendem traduzir num conhecimento mais pormenorizado da arqueologia deste sítio.

¹ Com excepção das sondagens arqueológicas realizadas em 1987 (LEMOS, Francisco Sande, *Notícia preliminar das sondagens realizadas em 1987 na Vila fortificada de Ansiães*, «Cadernos de Arqueologia», Série II, 5, 1988, pp. 51-64).

Partindo de princípios de análise baseados em dados da arqueologia espacial e extensiva, este programa de estudos busca o conhecimento da organização urbana e doméstica e dos diferentes períodos de ocupação que permitam balizar cronologicamente o local. Neste sentido, com o apoio da Câmara Municipal de Ansiães foi realizado, em 1995, o levantamento topográfico de toda a área intra-



Fig. 4: Fotografia aérea da Vila Fortificada de Ansiães (Carrazeda de Ansiães), escala 1: 2 500. Reconhecem-se os muros das duas cercas da vila com a igreja de S. Salvador, no interior, e a igreja de S. João, no espaço extra-muros.

muros, bem como uma acção de limpeza efectuada em zonas estratégicas, tendo daqui resultado uma recolha de materiais de superfície² em que se destacam as cerâmicas de uso comum, que da época moderna recuam até ao período calcolítico. De salientar, igualmente, um conjunto de cerca de duas dezenas de moedas provenientes de recolhas de superfície³, constituído por *ceitis* (D. Afonso V, D. Manuel I), um *meio real* (D. João I), um *real preto* (D. Afonso V), um *quarto de real* (D. João I) e *dinheiros* (D. Sancho II, D. Dinis).

Assim, combinar a investigação científica com a formação e desenvolvimento de um *corpus* técnico/cultural capaz de salvaguardar o espólio histórico e promover a respectiva valorização patrimonial, é a prioridade fundamental do projecto agora iniciado para a vila velha de Ansiães. No entanto, tal só será possível em colaboração com diversas entidades para valorizar toda uma riqueza cultural que possa ser rentabilizada turisticamente. Neste âmbito, o papel que a autarquia tem desempenhado como agente dinamizador torna-se fundamental ao estabelecimento desta dinâmica que terá a sua continuidade com a realização de sondagens e escavações arqueológicas programadas para os próximos anos. O espólio e os dados científicos obtidos já começaram e continuarão a ser objecto de um estudo pormenorizado, visando a sua posterior musealização e publicação.

António Luis Pereira/Nuno Miguel Soares
(Arqueólogos, GEHVID)

6. A «ABADIA VELHA» E O MOSTEIRO DE SALZEDAS. UM PROJECTO DE ARQUEOLOGIA ESPACIAL

Com o nome de «Abadia Velha» se designa ainda hoje uma zona da margem direita do rio Varosa, situada a escassas centenas de metros do conhecido estabelecimento cisterciense de Santa Maria de Salzedas⁴.

A tradição popular sempre havia apontado o local como antiga residência de monges⁵ e, já no início do século XVII, Frei Baltasar dos Reis, apoiado na documentação antiga do cartório monástico, localizara aí o primitivo mosteiro de Salzedas⁶. A tradição ganhou consistência material em 1969, quando os trabalhos

² As zonas intervencionadas onde se efectuaram recolhas foram a igreja extra-muros de S. João, a zona superior do castelo (torre e anexos) e a zona da cisterna e plataforma envolvente.

³ O conjunto numismático foi gentilmente cedido para estudo pelo Dr. Orlando de Carvalho, tendo sido recolhido pelo próprio em zonas adjacentes à linha de muralha exterior.

⁴ A «Abadia Velha» pertence à freguesia da Ucanha, concelho de Tarouca, distrito de Viseu.

⁵ LEITÃO, Armando F. - *O Mosteiro de Salzedas*. Porto, 1963.

⁶ VASCONCELLOS, José Leite de - *Livro da fundação do Mosteiro de Salzedas, por Fr. Baltasar Dos Reis*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934.

agrícolas colocaram a descoberto os alicerces dum templo de três naves e transepto saliente, datável dos finais do século XII⁷.

Desde que o sítio arqueológico foi classificado⁸, em 1971, não voltou a ser objecto de qualquer outra intervenção, até que no Verão de 1994 uma acção não autorizada pelo organismo que tutela o Património Arqueológico (IPPAR) removeu com meios mecânicos os sedimentos que ainda se preservavam acumulados nas zonas da cabeceira e do transepto da igreja. A acção, realizada aparentemente com o intuito de obter uma planta completa do edifício eclesial, ignorou a metodologia científica, acabando por causar danos irreparáveis na estrutura das ruínas e nas potencialidades do seu estudo, nomeadamente no que respeita à caracterização da estratigrafia arqueológica e do espólio que aí se encontrava.

Na sequência destes acontecimentos, foi decidido iniciar de imediato um projecto de estudo e valorização do monumento, no âmbito das actividades do GEHVID e com o apoio do IPPAR e da Câmara Municipal de Tarouca.

O programa de pesquisa visa o conhecimento deste importante estabelecimento monástico medieval, incluindo os antecedentes da reforma cisterciense⁹ e as correlações com a organização do povoamento medieval na região duriense. O estudo irá privilegiar uma perspectiva de arqueologia espacial e extensiva feita simultaneamente em três escalas diferentes de abordagem: 1) os edifícios e a organização do espaço monástico; 2) o couto do mosteiro, limites e organização interna do seu espaço (toponímia, povoamento, rede viária...); 3) o património fundiário do mosteiro, sua estrutura e distribuição espacial, com particular incidência no que se localiza na região produtora de vinho do Douro, visando esclarecer o papel desempenhado por esta instituição monástica no incremento da produção vinícola da região, durante a Idade Média.

Uma primeira intervenção arqueológica foi já realizada na «Abadia Velha», em 1995¹⁰, tendo permitido efectuar o levantamento gráfico e topográfico dos vestígios do edifício (Fig. 5), o inventário e decalque das siglas de canteiro (Fig. 6) com vista a um tratamento sistemático e comparativo com as de Salzedas e S. João de Tarouca, e a inventariação dos silhares e elementos arquitectónicos que se encontravam dispersos pela zona das ruínas. Foram ainda realizadas duas pequenas son-

⁷ REAL, Manuel Luís - *A Abadia Velha de Salzedas. Notícia do aparecimento das suas ruínas*. «Revista de Guimarães», 92, Guimarães, 1983.

⁸ Classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto N.º 516/71, datado de 22 de Novembro.

⁹ Alguns dos elementos já identificados na «Abadia Velha» apontam para a possibilidade de uma antiga ocupação do local ainda em fase pré-românica.

¹⁰ A intervenção decorreu em Setembro e contou com a participação de três operários da C. M. Tarouca e dos alunos Rogério Alves, Luís Jorge Sousa, Carlos Jorge e Luís Carlos Teixeira, da Escola Profissional de Arqueologia do Freixo. Cumpre aqui fazer um agradecimento especial ao Sr. José Gonçalves Ambrósio, proprietário em cujos terrenos se situam as ruínas da Abadia Velha, pela autorização e facilidades concedidas no decurso da intervenção.



Fig. 5: O levantamento sistemático das siglas da «Abadia Velha» e o estudo comparativo com as de Salzedas e S. João de Tarouca permitirá um melhor conhecimento do «estaleiro da obra» cisterciense, a detecção de fases e técnicas construtivas e ainda a identificação de canteiros comuns.



Fig. 6: Abadia Velha de Salzedas. Nos alicerces do edifício, que nos revelam um templo de três naves e transepto saliente, destaca-se a cabeceira pela particularidade que representa a planta das ábsides: a central possui remate interno semi-hexagonal e as duas laterais, mais pequenas, apresentam remate interno semi-octogonal.

dagens, uma para avaliar as potencialidades arqueológicas e os estragos provocados pela intervenção clandestina e a outra para detectar o eventual desenvolvimento para Sul dos anexos monásticos, o que não se veio a confirmar nesse local.

Os trabalhos de «gabinete» e de campo irão prosseguir em 1996, com continuação da recolha bibliográfica e ampliação da respectiva base de dados; o tratamento informatizado de fontes documentais – Inquirições de Afonso III e *Livro das doações de Salzedas*; o tratamento cartográfico dos vestígios e da informação recolhida; a análise e tratamento das coberturas aerofotográficas das áreas em estudo; a continuação do inquérito e levantamento de vestígios de interesse arqueológico situados dentro da área do couto do mosteiro¹¹; o levantamento topográfico da zona envolvente das ruínas da «Abadia Velha», incluindo os vestígios de um forno cerâmico de provável cronologia medieval; realização de novas sondagens arqueológicas com vista à caracterização do espaço conventual e à determinação da sequência e modalidades de ocupação do local.

Para além da publicação de estudos científicos que darão conta dos resultados da investigação, o programa elaborado contempla ainda a valorização das ruínas da «Abadia Velha» e a divulgação do «monumento», cuja integração no eixo turístico Ucanha/Salzedas justifica a criação de estruturas de apoio à musealização *in loco*.

Ricardo Teixeira (Mestre em Arqueologia, GEHVID); Miguel Rodrigues (Mestre em Arqueologia – IPPAR); José Ignacio Rodriguez (Universidade de Valladolid; mestrando de História Medieval da FLUP; bolseiro do Instituto Camões, GEHVID); Maria do Rosário Melo/Mário Reis Soares (Estudantes de Arqueologia)

¹¹ TEIXEIRA, Ricardo – «Património arqueológico do concelho de Tarouca», in *Plano Director Municipal de Tarouca*, Porto, 1992.

7. A REORGANIZAÇÃO DO POVOAMENTO E DOS TERRITÓRIOS NA BAIXA IDADE MÉDIA E AS TRANSFORMAÇÕES DA IDADE MODERNA (SÉCULOS XII-XIX)

O conhecimento dos centros político-administrativos torna-se necessário ao estudo da construção histórica da paisagem duriense. A organização do território que antecedeu as profundas transformações do século XIX, foi criada na Baixa Idade Média inserindo-se na produção do espaço da Monarquia Portuguesa. O vale do Douro constituía então uma região periférica e de fronteira, tendo o poder régio investido fortemente na reorganização do seu povoamento e dos territórios. Assim, entre os séculos XII e XV, a região cobriu-se com uma densa rede de povoações fortificadas estruturadoras do território. É o aparecimento de um tipo novo de povoado concentrado, arruado e fortificado, a Vila, cabeça dos territórios concelhios onde tem assento as Aldeias. As transformações do final da Idade Média e da época Moderna, tendo conduzido ao abandono de alguns destes centros político-administrativos e ao aparecimento de outros novos, mantiveram, no entanto, o modelo de organização criado com a emergência da Monarquia Portuguesa, o qual só no século passado veria novas e profundas rupturas.

A linha de investigação que desenvolvemos tem como ponto de partida uma tese de mestrado em arqueologia defendida na Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1994¹². A concretização de uma 1ª fase de inventário e cartografia, com base nas listas do *Numeramento* de 1527-32 e na *Corographia Portuguesa* do Pe. Carvalho da Costa, permitiu o levantamento dos territórios concelhios e das respectivas cabeças que existiram durante a Monarquia Portuguesa, num quadro de organização que persistiu até às reformas liberais. A área de observação, ainda que centrada no vale do Douro, foi suficientemente alargada para pôr em evidência eventuais diferenças regionais (Fig. 7). Numa 2ª fase, procura-se reunir um *corpus* de documentação cartográfica para cada um dos núcleos urbanos inventariados (Levantamentos aerofotogramétricos à escala 1: 2 000, Foto Aérea à escala 1: 15 000 e 1: 2 500) bem como sobre os respectivos territórios (Mapas 1: 25 000 e 1: 100 000). Um *corpus* paralelo tem vindo a ser constituído com informação recolhida na documentação publicada, nas monografias locais e em observações de campo.

Os problemas abordados com base nos *corpora* de informação assim constituídos podem ser organizados em três níveis.

¹² GOMES, Paulo Dordio – *Arqueologia das Vilas Urbanas de Trás-os-Montes e do Alto Douro. A reorganização do povoamento e dos territórios na Baixa Idade Média (séculos XII-XV)*, Porto, 1994 (dissertação de mestrado em arqueologia; policopiada); ver tb. GOMES, Paulo Dordio – «O povoamento medieval em Trás-os-Montes e no Alto Douro. Primeiras impressões e hipóteses de trabalho», *Arqueologia Medieval*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola e Porto, 1993, n.º 2, pp. 171-190.

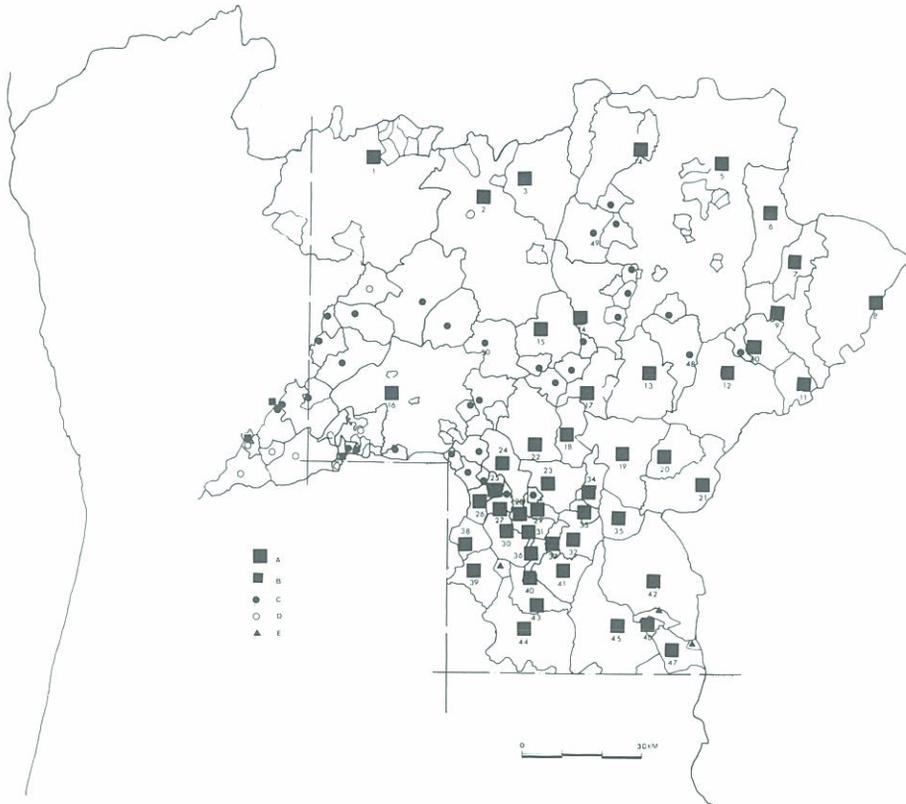


Fig. 7: As unidades político-administrativas na área do Alto Douro e Trás-os-Montes segundo o Numeramento de 1527-32. A. vilas fortificadas; B. vilas não fortificadas; C. concelhos; D. concelhos com sede num ermo; E. lugares.

Em primeiro, lugar o estudo do centro urbano. Partindo da análise da morfologia urbana, tendo em atenção a forma e o plano, bem como o parcelário, procura-se desenvolver uma classificação morfológica e tipológica. No seguimento, interessa aprofundar a análise para conhecer e interpretar a construção do espaço urbano, seguindo as transformações sucessivas e apoiando-se numa cronologia documental e arqueológica. Num segundo nível, interessa-nos o território político e de recursos de cada núcleo urbano. Importa entender a sua inserção no espaço de recursos potenciais próximos, bem como sob que formas se organizou o respectivo território de domínio político, o *termo*, e se desenvolveu a relação com territórios e comunidades vizinhas. Por fim, é necessário ter em atenção o jogo e o equilíbrio dos diversos poderes e interesses envolvidos (Coroa, senhores, comunidades) no sentido de compreender o processo que conduziu à construção de uma rede micro-urbana no contexto da produção do espaço da Monarquia Portuguesa.